

“Memórias de um Passado Glorioso”: Sociedade Rural do Paraná¹

Juliana Valentini²

Resumo

O conjunto de imagens das exposições museológicas carregam um grande potencial documental a ser explorado como fonte de pesquisa. Nesse texto, iremos refletir sobre a construção de uma “memória institucional” por parte da Sociedade Rural do Paraná, a partir do museu e das publicações da entidade, identificando como esta tem alimentado e construído uma visão sobre sua história de “modernização” e “progresso”.

Palavra-chave: Exposição; Sociedade Rural do Paraná; Memória; Conflitos

"Memoirs of a Glorious Past": Rural Society of Paraná

Abstrat

The set of images of museum exhibitions documentary carry a great potential to be exploited as a source of research. In this text, we will reflect on the construction of an “institutional memory” on the part of the Rural Society of Paraná from the museum and publications of the organization, identifying how this has fueled a vision and built on its history of “modernization” and “progress”.

Keyword: Exhibition; Rural Society of Paraná, Memory; Conflict

Introdução

Para um estudo da história de uma corporação civil é preciso articular as práticas que os agentes e a agência construíram ao longo do período que constitui a demarcação da pesquisa, o que implica aproximar-se da própria ontologia da sociedade e da práxis social dos sujeitos/atores que agem em sua dimensão integral, enquanto indivíduos e formas coletivas (classes e corporações) de fazer e fazer-se a si e aos demais, enquanto inter-

1 Este texto é parte das primeiras reflexões realizadas na pesquisa de mestrado sobre a “Organização Política do Patronato Rural no Paraná: Sociedade Rural do Paraná.

2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Poder e Práticas Sociais da UNIOESTE. Linha de Pesquisa Estado e Poder. Bolsista pela CAPES. Orientador: Paulo José Koling.

relação, na história.

No decorrer de mais de meios século de atuação da “Associação rural de Londrina”, (renomeada posteriormente de “Sociedade Rural do Norte do Paraná”, e por fim como permanece até os dias de hoje, “Sociedade Rural do Paraná”), desempenhou um papel importante como arregimentadora de projetos da fração de classe patronal rural.

Teve, e ainda tem, grande influência política na região e no estado do Paraná. Manteve diálogos com organizações da sociedade civil em todo o território nacional. Ainda que com menor capacidade de mobilização, se relacionada com outras agremiações patronais de abrangência nacional.

A opção por investigar as formas de organização de uma fração da classe dominante, resulta da percepção da importância das discussões que visam problematizar a atuação dos partidos, movimentos e organizações de direita. Como se organizam as classes dominantes, quais as suas estratégias para manter sua condição enquanto classe hegemônica.

Nas palavras de Ellen Wood, “*para conseguir o que queremos* [quando buscamos avançar na construção de uma visão de mundo autônoma e transformadora, para a construção de uma nova racionalidade] *precisamos entender contra o que lutamos*” (WOOD, 2006, p. 38). Refere-se à necessidade de compreender com clareza as dinâmicas de articulação e dominação no sistema capitalista.

É nesse sentido que esse trabalho visa contribuir, ainda que modestamente, contrapondo-se as produções realizadas sobre a entidade que é objeto dessa pesquisa, a SRP³. Para isso será necessário situar historicamente o processo de formação da Sociedade Rural do Paraná (1946) questionando criticamente a partir dos indícios e das informações coletadas, o passado da entidade e aquilo que ela nos alega enquanto história de modernização e progresso, a partir da exposição do Museu da entidade, a partir da fala de seus fundadores, das publicações financiadas pela associação.

O passado, frequentemente reinterpretado e reconstituído sob a ótica dominante, não

3 Que restringem-se a questão do “*desenvolvimento do agronegócio no norte do paraná e sua grande expressividade na economia agrícola nacional*”. Esses estudos trazem algumas informações importantes, porém são insuficientes na análise e sistematização de informações sobre a articulação dessa agremiação como uma entidade de classe. Este é o caso dos dois trabalhos realizados sobre a entidade: ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. Londrina Paraná Brasil raízes e dados Históricos – 1930-2004 (texto e edição Walmor Macarini) Londrina Edição Humanidades. 2004. E a produção de “BARBOSA. Maiara R. EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE LONDRINA – PR: O ESPAÇO DA TECNOLOGIA E DA FESTA. Dissertação, Universidade Estadual de Londrina . 2008. p.155.”

apenas no espaço acadêmico, através dos meios de comunicação, da publicação de livros de empresas/instituições privadas, museus que alimentam e/ou constroem uma versão do processo de (re)ocupação, que legitima um lugar de classe.

Parte-se da premissa de que *“nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder”*(CHESNEAUX, 1995. p. 31). É constante a busca por “controlar o passado”, apresentar uma versão sobre o processo, especialmente sobre os conflitos e lutas dos setores populares.

Escamotear e ocultar os aspectos não-oficiais da realidade que foi e é permeada de conflitos e contradições. *“O controle do passado pelo poder é um fenômeno comum a todas as sociedades de classe”* (CHESNEAUX, 1995. p. 31) e, às diferentes temporalidades, isso, porque é um elemento ativo que articula lutas políticas e ideológicas, e está constantemente em disputa. Assim, entende-se que, *“(…) a história se insere na luta de classes”*(CHESNEAUX, 1995. p. 24), por isso nem uma escolha é neutra.

O Estado tem um papel importante na produção do saber social e, principalmente, para a edificação de uma “história oficial”, que evidencia, seletivamente, apenas alguns aspectos e alguns sujeitos do processo. Em diferentes momentos, o Estado tem destinado recursos financeiros para construir um sistema de datas comemorativas, homenagens, documentos históricos, monumentos (bustos, estátuas); tem definido os nomes de ruas, bairros, escolas, praças, edifícios; institui o planejamento e o zoneamento do solo urbano; edifica esculturas celebrativas de datas cívicas e seus personagens; seleciona os “pioneiros” e os “heróis”.

Estas são algumas das ações que legitimam versões sobre o processo presente-passado, nitidamente ligadas às classes dominantes. Todavia, é preciso frisar que outras classes e suas formas de corporações também produzem suas versões e disputam, a contrapelo e enquanto contra-hegemonia, o saber social.

Preservando seu lugar social

Buscaremos compreender como a entidade tem atuado na (re)escrita sobre sua história, e como essa história também pode (re)apresentá-los criticamente ou reificando e atualizando os agentes e a corporação do ponto de vista patronal.

Na última década (2000-10) a então SRP preocupou-se com a constituição de uma

memória sobre o seu passado, investindo em publicações comemorativas, locais de memória, como o Museu da SRP, bem como a arquivagem de documentos institucionais, coleta de entrevistas com os sócios que fizeram parte da diretoria da SRP.

O conjunto de imagens das exposições museológicas carregam um grande potencial documental a ser explorado como fonte de pesquisa. Estas exposições são formadas por um conjunto de materiais que após a seleção, organização e exposição ganham um sentido, de acordo com a função para a qual essa exposição foi montada, constroem um determinado conhecimento. Geralmente as montagens são permeadas de fortes elementos pedagógico, atrelados a sua função educacional, aos elementos estéticos, lúdicos, etc. Cada museu traz em sua organização elementos específicos, responsabilidades sociais e políticas, assim sendo, traz contribuições para a produção do conhecimento histórico (MENESES, 1994, p.9-42).

Ao defrontar-se com objetos expostos no museu é possível os interpretar a partir de suas múltiplas significações e funções, que por estarem deslocados de seu contexto original permitem atrair nossa observação, causar estranhamento ou incorporar as experiências alheias à do observador. O museu da SRP é composto por dois espaços, marcado por objetos que opõe “tradicional” e “moderno”. No Museu é explorado simultaneamente as coleções de objetos materiais (doadas por membros da entidade) e documentais.

1 - IMAGEM: “Cenário Cotidiano Rural”



Fonte: Museu da Sociedade Rural do Paraná. Parque Governador Nei Braga, Londrina – Pr. Foto: 15/12/2012, Autora.

A exposição constitui uma narrativa que visa fazer sentido não apenas para os sujeitos que pertencem a entidade, mas socialmente, legitimando práticas compartilhadas por esse grupo. No espaço denominado “Cenário Cotidiano Rural”, são apresentados aos visitantes um ambiente que “visa representar o campo, com elementos do lar e ofícios rurais através de ferramentas de artesanato, carpintaria e mecânica, utensílios domésticos e peças de produção alimentar, como a seleção, torrefação e moagem do café” (SOCIDADE RURAL DO PARANÁ, 2012).

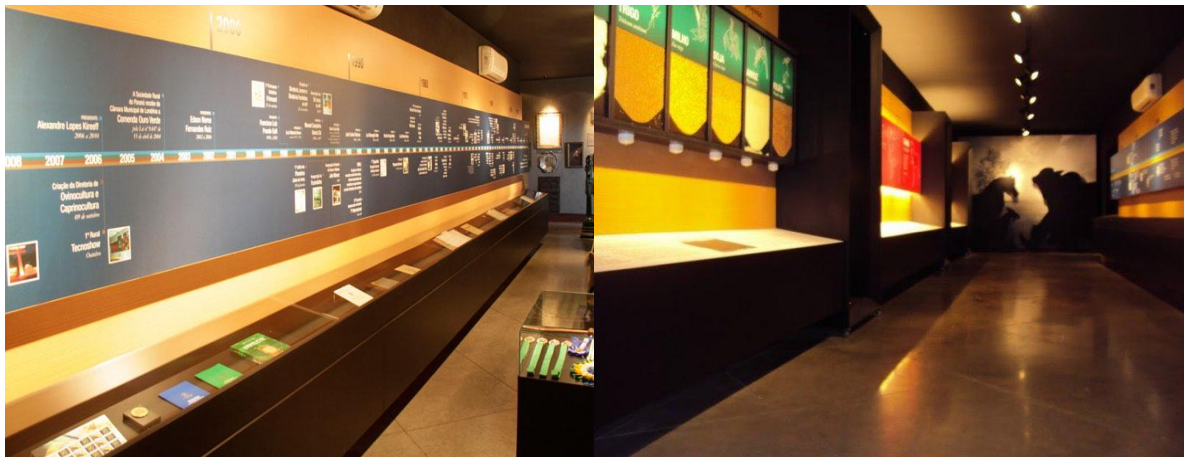
Nos outros espaços do museu, formados pela “Linha do Tempo” da entidade, composta de painéis que “narram” a história da entidade, de objetos, e do acervo documental (composto pelos estatutos, atas de fundação, livro “A Colheita da Vida”, fotos e arquivos audiovisuais).

O recurso utilizado pelo museu, de constituir a linha do tempo, onde os é definido o que a entidade apresenta como “sua história”, ou em suas palavras:

Nesse espaço se resume a história da SRP desde sua fundação em 1946 apresentando os principais fatos e todas as gestões dos presidentes. Grande parte dos acontecimentos de maior relevância para a entidade está relacionada à agricultura e à pecuária como: a economia cafeeira, a criação do Iapar e a 1ª Importação do gado indiano no Paraná. (SOCIDADE RURAL DO PARANÁ, 2012)

Essa é uma estratégia pedagógica explorada pela entidade, a partir dos “marcos” indicados nos painéis, delinea o que é importante para ser lembrado. O importante a ser destacado em relação a esse espaço, é que sua construção não implica somente em lembrar, como também em esquecer, através dos silenciamentos.

2 - IMAGEM: Museu da Sociedade Rural do Paraná.



Fonte: SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, Museu Histórico da Sociedade Rural do Paraná, 2012. Disponível em <www.srp.com.br/page_museu.asp> acesso em: 01/12/2012.

Complementado com materiais visuais referentes às Exposições, como fotos (dos shows, do julgamento de animais, do público e do Parque Governador Ney Braga), cartazes, e objetos, como as vestimentas das misses, dos peões, da esquadrilha da fumaça e troféus.

Entende-se, que a chamada "cultura material" tem papel importante na produção e reprodução social, que permite identificar que o conjunto de materiais presentes nas exposições não são apenas artefatos de um período, mas direcionam e representam determinadas relações sociais. São às necessidades do presente que esses objetos respondem. Apesar da tentativa de manter-se como socialmente descompromissado, o conjunto da exposição constitui um conhecimento que serve a determinados interesses, e

estes “jamais são naturais, jamais socialmente inocentes”(MENESES, 1994, p.9-42). Como nos mostra Ulpiano Menezes de Bezerra:

O objeto antigo, obviamente, foi fabricado e manipulado em tempo anterior ao nosso, atendendo às contingências sociais, econômicas, tecnológicas, culturais etc. desse tempo. Nessa medida, deveria ter vários usos e funções, utilitários ou simbólicos. No entanto, imerso na nossa contemporaneidade, decorando ambientes, integrando coleções ou institucionalizado no museu, o objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriores drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como objeto-portador-de-sentido. Assim, por exemplo, todo eventual valor de uso subsistente converte-se em valor cognitivo o que, por sua vez, pode alimentar outros valores que o passado acentua ou legítima. Longe, pois, de representar a sobrevivência, ainda que fragmentada, de uma certa ordem tradicional, é do presente, indica Jean Baudrillard, que ele tira sua existência. E é do presente que deriva sua ambiguidade (MENESES, 1992, p. 08-15).

Juntamente com o livro, exposto na “Linha do Tempo”, a entidade “nos conta” a sua história oficial. Este rico material expressa a visão de mundo que a entidade pretende passar para os visitantes/leitores, nos permite questionar quem são os sujeitos que aparecem na história oficial da entidade. Para quem foi o “desenvolvimento” da região norte do Paraná, “desvendado” na exposição do museu. Qual o lugar que ocupam e de que modo aparecem, se aparecem, os conflitos nessa versão da história.

Entre as publicações da entidade consta o livro, “A Colheita da Vida: Resgate histórico da sociedade Rural do Paraná”, escrito pela socióloga Maria Lucia Victor Barbosa, sob encomenda da entidade publicado no ano de 2000.

Nesta obra, a autora apresenta, a partir da ótica da entidade, “as raízes do desenvolvimento do norte do Paraná e a construção da entidade”. Seu livro recebe a aprovação e confirmação da fidedignidade no item “Apresentação”, assinado pelo então presidente da SRP Francisco Luiz Prando Galli, e está exposto na Linha do Tempo no museu da entidade. Nas palavras da autora, o livro mostra, sobretudo, como devemos ser gratos aos que fizeram a SRP chegar aos dias de hoje como entidade forte e respeitada”.

Esse livro engrossa o caldo da historiografia que corrobora com a construção de uma narrativa idílica do processo de (re)ocupação da região, apagando a existência de sujeitos anteriores a Companhia de Terras inglesa. Antes de fazer qualquer apresentação sobre o conteúdo do livro “A colheita da vida”, por que não deixar a autora, Maria Lúcia Victor

Barbosa, apresentá-lo?

Esse título pode significar que a necessidade básica do homem no tocante à alimentação é suprida pelo meio rural – onde se colhe portanto a própria vida – quanto ao labor desses dedicados presidentes que, juntamente com suas diretorias e demais sócios da SRP, plantaram ideias e ações e colheram vida com resultado positivo não só para si próprios, mas para a sociedade no sentido mais amplo. ...

1° parte: O surgimento da entidade se deu dentro da moldura da Colonização do Norte do Paraná se deu pela fibra e pela capacidade dos ingleses, com concurso notadamente de paulistas e mineiros e com base no genuíno espírito Liberal. Desse modo foi realizado a única reforma agrária que deu certo no país. ... E em tal berço os leitores poderão assistir o nascimento da ARL, engendrada pelos senhores do Ouro verde, ou seja, pelos cafeicultores ...

2° Parte do livro avultam figuras essenciais para a sustentação da entidade, na verdade, seus grandes impulsionadores, assim como governadores que com a SRP interagiram de forma fundamental.

3° Parte: Ação de dirigentes devotados aos crescentes melhoramentos do Parque Governador Ney Braga, centro e coração da SRP. Ao mesmo tempo transparecerão a visão e o agir político desses líderes, desvendando-se assim a alma da entidade.

4° Parte: será traçado o perfil dos sócios da SRP, para em seguida proceder uma análise da questão da Reforma Agrária, tema intimamente vinculado aos produtores rurais. (BARBOSA. 2000”, p. 21)

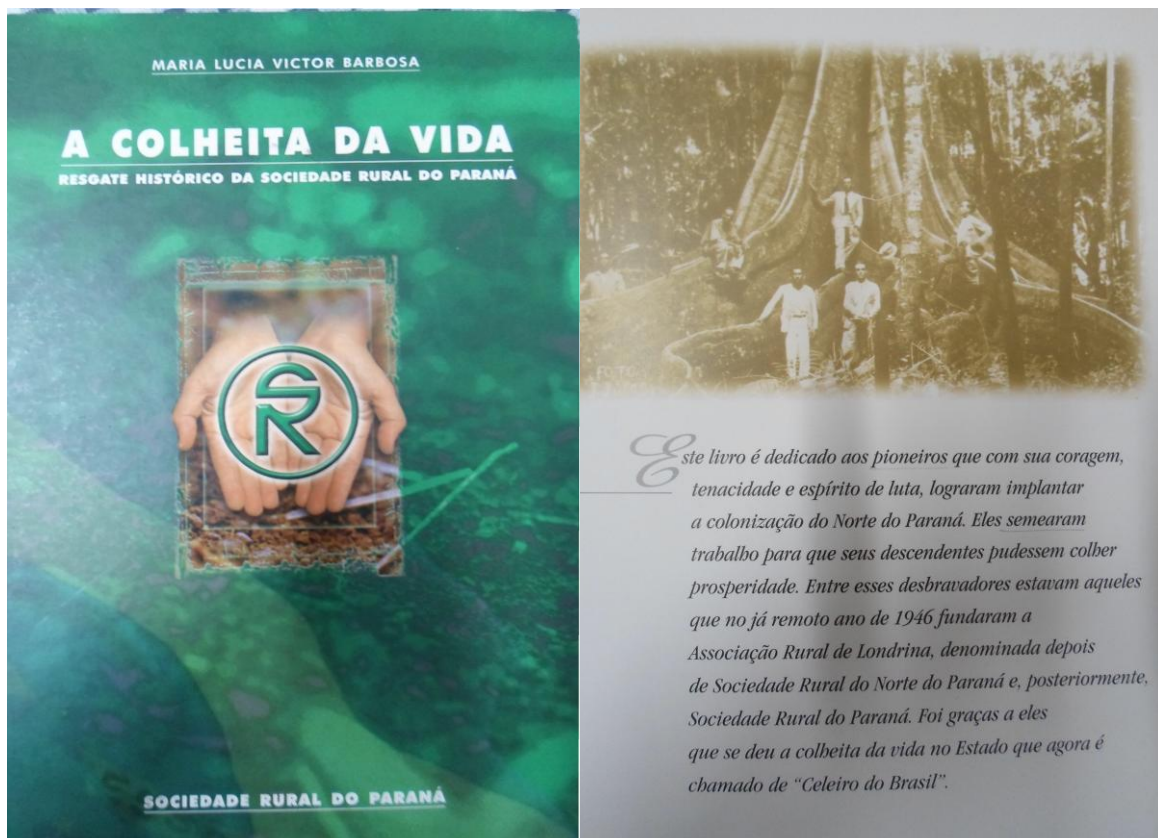
A construção simbólica que justifica o título do livro, bem como a capa do livro, na qual aparece no plano de fundo a bandeira do Brasil, transparecendo nesta, a terra. E da bandeira se abre ao centro uma janela, de onde é possível visualizar que a terra. Ao fundo da bandeira, é escura, marrom avermelhada, como consta nas construções “fantasmagórica” do norte do Paraná, apresentada como símbolo de progresso, onde tudo e todos prosperam.

Da janela, brota, como se saísse do solo, duas mãos que carregam o símbolo da Sociedade Rural do Paraná. Simbolicamente o fruto desta terra avermelhada, e das mãos dos seus fundadores. Essa construção é explicada pela autora na introdução do livro, e engrossa o argumento de que o “produtor”, como se auto-denominam os fazendeiros e grandes proprietários de terra, trabalhou na fundação e manutenção da entidade, agora deixa os frutos, que são colhidos por toda a sociedade.

A entidade aparece como um fruto socialmente compartilhado, desvinculado de interesses de classe. E permeando esses elementos ainda há o sentido a vida, relacionada à atividade de produção de alimentos, que é atribuída ao “produtor” que faz parte da entidade, e não ao trabalhador rural, pequeno proprietário, homens que realmente trabalham e produzem alimento e riqueza.

3 - IMAGEM: Capa e dedicatória do Livro A colheita da vida

9



Fonte: Livro a Colheita da Vida: Resgate Histórico da Sociedade Rural do Paraná. Edição Histórica, MIDIOGRAF – Londrina – PR, 2000.

Para “descortinar como as coisas se passaram” (BARBOSA. 2000, p. 29) e “contar para as gerações futuras” (BARBOSA. 2000, p. 27) a história da entidade a autora inicia a primeira

parte do livro “O plantio da Prosperidade”, fazendo um retorno a “ocupação” do norte do Paraná para “entender como se sucedeu a transformação da soberba e intrincada floresta em prósperas cidades cujo berço todavia foi a agricultura” (BARBOSA. 2000, p. 27), e justifica nesse momento a importância da agricultura para o “desenvolvimento”. É sobre esse momento do livro que discorrer-se-á nesse momento.

Além de apoiar-se em grande parte dos mitos sobre a colonização da região, como a busca pelo “Eldorado” a “mata virgem”, “ocupação” que nas páginas do livro ocorre de modo natural, sem conflitos, e cujo eixo central do processo foi a agricultura. “No norte do paraná foi justamente a agricultura que possibilitou a expansão e o progresso” (BARBOSA. 2000, p. 28).

A argumenta o segue delineando um quadro que não corresponde   realidade desse processo, como já discutido por inúmeros pesquisadores. A afirma o, da qual parte a autora,   a de que não haviam pessoas vivendo nessa região, com correntes expressões “só havia densa mata”, ou seja, ninguém vivia nela. Como vemos no trecho abaixo:

Voltando porém as Origens desta extraordinária história, registra-se que todo o processo desenvolvido, onde antes só havia densa mata, nasceu da viagem de Lord Lovat ao Norte do Paraná, onde terras roxas fertil ssimas e de baixo custo prenunciavam o exito da empreitada, desde que fossem supridas as dificuldades de acesso com a constru o de uma estrada de ferro e a abertura de estradas. Estes Obstáculos foram superados pela determina o, pelo trabalho e pelo esforço conjunto dos ingleses e brasileiros que associaram neste recanto ermo e ignoto do Brasil, subestimado pelo governo estadual (BARBOSA. 2000, p. 32).

Vemos que na história construída no livro da entidade que privilegia apenas um dos agentes envolvidos no processo, ou seja, os ingleses representados na figura do Lord Livat, deixa de lado os demais sujeitos bem como a existência de conflitos. Oculta, com uma narrativa naturalizada de “progresso”, a existência de outros sujeitos, empresas e do Estado (ADUM, 1991, p. 48).

A presença de representantes das companhias privadas dentro de agências do estado foi garantida, facilitando e fornecendo as condi es para que exercesse livremente as suas atividades. Não esteve ausente e nem omissa nesse processo, como colocado por muitos autores, bem como as políticas do governo que incentivaram a (re)ocup o, como a conhecida “Marcha para o Oeste”.

Há também, por parte de parte das produções a tentativa de silenciar os conflitos e as violentas práticas da empresa CNPT e de proprietários locais. Ana Yara Lopes indica a existência de milícias particulares atuando nas terras da empresa, para garantir a expulsão dos posseiros, ou seja, a “limpeza” dos territórios comprados. Entrevistas com funcionários do Departamento de Terras [do governo do Paraná] indicam que a companhia [CTNP] possuía uma força policial particular, que frustrava qualquer tentativa de permanência em suas terras” (LOPES, 1982. p10).

A historiografia que defende a atuação da empresa, acaba por vezes caindo em contradição quanto às práticas da empresa. Como nos mostra Nelson Tomazi ao analisar o trabalho de Jorge Cernev, 1988:

Ao afirmar que a CTNP reembolsaria aqueles que apresentasse títulos de propriedade, estava fazendo uma pilhéria, pois sabe-se as dificuldades que os pobres posseiros tinham, naquela época, para conseguir esses títulos; ademais posseiros ou caboclos não se preocupavam muito com isso. Mas, o autor afirma que a CTNP “realmente fez isso”. Na sequência parece contradizer-se: na tentativa de relativizar a ação contra os posseiros, afirma que houve “alguns poucos posseiros” que “foram removidos”. Pergunta-se para onde? Para terras de quem? E após essa “remoção” e esse “saneamento” acabaram-se os conflitos de terra na área da CTNP? Quanto tempo duraram as “remoções” e o “saneamento”? Como ocorreu esse processo? (TOMAZI, 1999, p.71).

A remoção/expulsão de pessoas da região não fica restrita ao período de atuação da CTNP, ao contrário, se acompanharmos os censos do período de 1940 a 1980, embora com um crescimento populacional grande, veremos com facilidade o deslocamento de significativa parte da população que vivia no campo⁴.

Houve por parte da CTNP um esforço significativo na constituição de uma visão positiva sobre sua atuação no Paraná. A publicação de artigos, panfletos, livros, revistas comemorativas, propagandas relacionadas às terras e as facilidades de aquisição, etc. Nesse material apresentava as vantagens de viver no Norte do Paraná, as possibilidades para quem trabalha de tornar-se proprietário, e a certeza de lucro fácil da produção e comércio.

4 “A atuação da CTNP no período de 1944 e 1950, agora sob nova direção avançava, agora com maior velocidade. Ela vendeu, aproximadamente 260.000 alqueires de terras (lotes rurais), ou seja, em apenas sete anos vendeu mais que o dobro na fase inglesa (1929-1943: 110.481) e mais da metade de toda a área que havia comprado e que foi destinada a lotes rurais. Nas décadas seguintes foram vendidas 98.588 alqueires (de 1951 a 1960: 78.963 alqueires como Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, e de 1961 a 1970: 19.625 alqueires) demonstrando que as áreas em sua disposição já estavam rareando”. (TOMAZI, 1999, p.71)

Enfatiza a fertilidade de solo bem como os benefícios, diversão e possibilidade de trabalho oferecidos nas cidades (ADUM, 1991).

Essa produção tende, de modo geral, a supervalorizar o processo de comercialização das terras proposto pela CTNP, supostamente baseado na pequena propriedade⁵, como se fosse algo novo, até então não praticado. E por vezes relacionada inclusive a um processo de reforma agrária. Embora essa argumentação seja reconhecida como legítima pela ampla maioria dos autores que se debruçaram sobre esse período, estudos mais recentes (TOMAZI, 1999), têm demonstrado através da análise de Censos Agrícolas e de fontes orais do período, que, até os anos de 1920 cerca de 2/3 do total de estabelecimentos do chamado “Norte Velho” eram pequenas propriedades.

Outras empresas já haviam utilizado essa política de loteamento, ou seja, esse discurso de “novidade” relacionado à venda de pequenas propriedades por parte da CTNP teve como objetivo valorizar a atuação dessa empresa na região.

Essa argumentação presente no livro, não pode ser compreendida apenas como uma interpretação subjetiva da autora, ela parte também de uma narrativa que já havia sendo pronunciada por representantes da entidade desde a sua fundação. No ano de 1948 foi publicado na revista “A Pioneira” o discurso proferido por representantes da ARL em homenagem a um empresário e presidente da entidade estadunidense “National Coffee Association”, neste aparecem traços do discurso de progresso relacionado ao Norte do Paraná. Assim como a tese de que a região é civilizada a quinze anos, compreende-se como civilização o investimento de capitais e produção dentro dos moldes capitalistas, ou seja, se houve formas de vida e organização social anterior não merece atenção.

A Associação Rural de Londrina é uma entidade recém-criada, com o alevantado propósito de congregar lavradores e quantos tratam da terra nessa prodigiosa região norte paranaense, sente-se honrada com a sua presença em Londrina, e pretende manifestar-se por meio dessa reunião, o apreço que é merecedor tão ilustre visitante. Não obstante vir ao país onde não há surpresas, V.S., apesar disto, por certo, ter-se-á impressionado com as lavouras cafeeiras desta zona, cuja civilização data

5 “A Cia de Terras, com suas inúmeras e atraentes propagandas ia ao encontro dos anseios destas gentes, mesmo porque, segundo alguns autores, no final dos anos vinte, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial, era constituída, em sua maioria, por pessoas e poucas posses. Por esse motivo, ofereciam condições relativamente fáceis de compra de terras. Ofereciam, portanto, a possibilidade de concretização do sonho, e, por seu lado, a realização comercial de grandes negócios imobiliários e de transportes.” (ADUM, 1991, p. 48).

de apenas 15 anos, justamente por que é sabedor de que tais lavouras representam o futuro de café no Brasil, sem embargo do grande desenvolvimento do café em outros Estados, mormente nesta oportunidade em que se cuida da restauração de antigas lavouras (A Pioneira, 1948, p.15).

Em decorrência dessa primeira afirmação, relacionada a um vazio demográfico, extremamente problemática, por ser falsa. Está a de que quase não houve conflitos pela posse da terra. Por trás de tal afirmação está a negação das práticas de violência seja parte da empresa⁶ ou dos proprietários. Maria Barbosa prossegue afirmando que:

No tocante ao desenvolvimento rural, a Companhia primeiramente esclareceu títulos aos proprietários de terras – tarefa formidável nas condições brasileiras – o que teve como resultado casos surpreendentemente pouco numerosos de conflitos entre colonos com as antigas prestações e os novos chegados. Além disso, usou propaganda em larga escala para atrair colonos, sendo aos primeiros oferecido transporte gratuito, com promessa de plena posse da terra dentro de um prazo de quatro anos, e alguma assistência técnica e financeira. (BARBOSA, 2000, p. 32).

Como já citado em momento anterior, as formas de violência durante os primeiros anos de (re)ocupação foram muitas. Ana Yara Lopes afirma que foi frequente a atuação de milícias, agindo a serviço da Companhia de Terras Norte do Paraná, para realizar a chamada “limpeza dos territórios”, ou seja, a expulsão de indígenas, caboclos.

Outras formas de violência na região persistem em outros momentos e com outros sujeitos. A partir da década de 1950, amplia-se a luta pela extensão das leis trabalhistas ao campo, que o estado passa a abrir crédito para a mecanização das atividades agrícolas, diversificar as culturas e as formas de produção, investir na utilização de implementos que dispensam mão-de-obra de muitas famílias que viviam há gerações, em sistema de colonato.

Nesse momento o posseiro, o colono, os trabalhadores volantes e até o pequeno proprietário, que participaram, com sua força de trabalho, de todo o processo de “desenvolvimento e progresso do Norte do Paraná” passaram a ser dispensados e a vagar pelas estradas da região.

Foram expulsos das fazendas e passaram, de trabalhadores laboriosos a criminosos em potencial. Muitos foram enviados aos caminhões para regiões canavieiras como mão-

6 Que como já apresentado no trabalho de Ana Yara Lopes, possuía sua força policial particular.

de-obra barata e por vezes escrava. O capital não necessitava mais deles em tão grande proporção nesta região, estavam livres para partir em busca de um novo “Eldorado” e desenvolver a acumulação primitiva tão necessária ao capital em outras fronteiras (TOMAZI, 1999, p.81).

Parte da historiografia produzida sobre a (re)ocupação, atribuiu à CTNP a realização de uma reforma agrária nas terras que adquiriu no norte do Paraná. Embora o argumento que defende a ocorrência dessa reforma esteja permeado de contradição, como vemos no trecho abaixo:

A companhia afirmou explicitamente que sua política visava “favorecer e dar apoio a pequenos fazendeiros, sem por isso deixar de levar em consideração aqueles que dispunham de maiores recursos”. Com isso, conseguiu promover uma verdadeira reforma agrária sem intervenção do Estado, e a consequência social mais importante desse processo de cunho liberal e democrático se traduziu na oportunidade oferecida aos trabalhadores para adquirirem pequenos lotes agrícolas, (cujas dimensões eram de 15 a no máximo 20 alqueires) em modalidade de pagamento sempre moldadas de acordo com a capacidade dos compradores. O adquirente tinha dois anos de carência para começar a pagar, e depois quatro anos para saldar a dívida, com juros de 8% ao ano (BARBOSA, 2000, p. 31).

A primeira construção sobre a Reforma Agrária nas terras da Companhia, foi elaborada pela própria empresa, e publicada na década de 1977 com título “ Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná”. Essa argumentação apresentada pela empresa, e incorporada pela autora do livro da Sociedade Rural, reelabora a importância da atuação da empresa para a “prosperidade” da região.

Esse princípio de “Liberal e democrático”, definindo como “reforma agrária” que possibilitou o acesso “democrático” de trabalhadores a terra no Norte do Paraná, apresenta um conjunto de contradições que não são contemplados pelo texto da autora.

No livro, são enfatizadas as possibilidades de transformação dos trabalhadores em proprietário, como forma de superar os problemas sociais. Entretanto, nada nos diz dos trabalhadores que não conseguiram adquirir um pedaço de terra, dos homens não detentores de capitais, das famílias que ficaram apenas com as promessas e sonhos de uma vida melhor, dos que não usufruíram do progresso da “cidade menina”, são inúmeras as questões silenciadas.

Além de manter generalizações que não correspondem à realidade da empresa, primeiro por que a CTNP não teve a posse de toda a região norte, mas apenas cerca de 25%⁷. O que não permite afirmar que a empresa realizou uma reforma agrária no norte do Paraná. Segundo por não se tratar de uma redistribuição de terras, mas, de um comércio, extremamente lucrativo para a Companhia inglesa. Carrega-se nas tintas para engrandecer as vantagens de quem compra, e não para os lucros de quem vende.

Outro elemento a ser considerado está no argumento de que havia um “Projeto de Povoamento”, “racional e democrático”, que a empresa favorecia a venda de lotes menores, e que devido a esse elemento “ocorre uma reforma agrária”. Dados apresentados por Nelson Tomazi comprovam que a Companhia recebeu o pagamento pelos lotes, na sua quase totalidade, à vista. O que leva a concluir que os seus compradores eram indivíduos que tinham algum capital acumulado e que estavam se deslocando à procura de terras para adquiri-las.

Parte dos sitiantes que adquiriram terras com o intuito de pagá-las com os lucros advindos da exploração destas, perderam suas propriedades por não conseguir quitar a dívida. Como discutido por Ana Yara Lopes:

Muitas vezes os sitiantes desistiram, antes de terminar o pagamento da propriedade: seja porque as geadas acabaram com as colheitas, seja porque comerciantes urbanos enriquecidos ou médios e grandes fazendeiros vizinhos ofereciam preços irresistíveis para eles, que viviam de crédito. Com aqueles lojistas, cerealistas, beneficiadores de café, agentes de transporte, foram se formando médias propriedades de 50 a 100 alqueires no máximo. A própria Companhia de Terras nunca limitou o número de lotes, contínuos ou não, para cada comprador, desde que este se comprometesse a pagar o preço estipulado (LOPES 1982, p. 128).

Na medida em que a empresa vendia para quem dava garantias de pagamento, e ao mesmo tempo caso a propriedade não fosse quitada no prazo estipulado voltaria para as mãos da empresa. Dessa forma, impossibilitou à maior parte dos trabalhadores, que não tinham capital para investir na região, de tornarem-se proprietários.

Ao alimentar esse mito sobre a atuação “igualitária”, “democrática” dos “ingleses”, definidos no livro como “pioneiros”, no processo de “ocupação” e na realização da “reforma Agrária”..., legitima-se, no presente, a condição social dos proprietários de terra

7 “A área de terras da CTNP em 1930 é de 507.867 alqueires de terras contínuas, ou seja, pouco mais do que 6% da área total do Paraná e quase 25% da região norte paranaense”. (ADUM, 1991, p.16)

membro da SRP. Pois, parte-se de um princípio “justo”, em que todos tiveram as mesmas condições de prosperar. E que devido ao seu trabalho deixaram prosperidade aos seus descendentes.

Entre os “pioneiros” estão os que fundaram a entidade. E foi graças à atuação política desses que se deu o que a autora vai chamar de “colheita da vida no Estado”, como é apresentado na dedicatória:

Este livro é dedicado aos pioneiros, que com sua coragem, tenacidade e espírito de luta, lograram implantar a colonização do Norte do Paraná. Eles semearam trabalho para que seus descendentes pudessem colher prosperidade. Entre esses desbravadores estavam aqueles que no já remoto ano de 1946 fundaram a ARL, ... Graças e eles que se deu a colheita da vida no Estado que agora é chamado de “Celeiro do Brasil” (BARBOSA, 2000, p.7).

Há a reivindicação do título de “pioneiro” para os membros da entidade, que são homenageados como os responsáveis pela “colheita da vida”, modo indireto de se referir a “prosperidade”, como se todos os sujeitos que participaram desse processo houvessem “colhido os mesmos frutos”. Essa “homenagem” não contempla a maioria dos sujeitos que passaram, viveram e/ou ainda vivem na região e não usufruíram do chamado “progresso da cidade menina”.

REFERENCIAS:

Fontes Imagens

1 – Imagem: “Cenário Cotidiano Rural”

Fonte: Museu da Sociedade Rural do Paraná . Foto: Autora

2 - Imagem: Museu da Sociedade Rural do Paraná.

Fonte: Site <www.srp.com.br/page_museu.asp> acesso em: 01/12/2012.

3 - Imagem: Capa e dedicatória do Livro A colheita da vida

Fonte: Livro a Colheita da Vida: Resgate Histórico da Sociedade Rural do Paraná. Edição Histórica, MIDIOGRAF – Londrina – PR, 2000.

Referencias Bibliográficas:

BARBOSA, Maria Lúcia Victor. *A colheita da Vida: Resgate histórico da sociedade Rural do Paraná*. Edição Histórica, 2000.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Construções e Silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná*. In: Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional / ORG. DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo – Maringá: EDUEM,

1999.

CERNEV, Jorge. Liberalismo e Colonização: *O Caso do Norte do Paraná*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1988. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho. 1988.

LOPES, Ana Yara Paulino. *Pioneiros do Capital: a colonização do norte novo do Paraná*. São Paulo: USP – FFLCH, 1982. p10. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP. 1982. In: TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e Silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional / ORG. DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo – Maringá: EDUEM, 1999.

SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ, *Museu Histórico da Sociedade Rural do Paraná*, 2012. Disponível em <<http://www.srp.com.br/museu-srp/>>. Acesso 15/05/2012.

ADUM, S. *Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960*. Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis - SP, 1991.

MENESES, U. T. B. *Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

WOOD, Ellen. *O que é (anti)capitalismo?*. Crítica Marxista. Crítica17. 2006.

*Recebido em março de 2013.
Aprovado em julho de 2014.*